



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

RELATO DE EXPERIÊNCIA: VIVÊNCIAS ACADÊMICAS, MILITÂNCIA FEMINISTA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Anne Virgínia Pereira Sousa

Universidade Federal da Bahia – Instituto Multidisciplinar em Saúde

annepersou@gmail.com

Resumo: Ser feminista é, antes de uma escolha, uma consequência e uma necessidade. Proponho, neste relato, tecer relações entre a experiência de estágio básico no Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos – CRAV, localizado Vitória da Conquista – BA, a vida em contato com outras mulheres e suas histórias, e a militância feminista. O estágio básico fez parte da proposta metodológica do componente curricular Projeto Integrado de Trabalho III, do curso de Psicologia do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira, da Universidade Federal da Bahia, o qual objetivou introduzir a/o estudante ao trabalho da/o profissional psicóloga/o no âmbito das políticas públicas, mais especificamente, na atenção à mulher em situação de violência doméstica. O estágio teve como desdobramento a promoção do evento Reconhecer Para Mudar: Mulheres, Violência e Subjetividade, inserido na programação municipal da campanha 16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra Mulheres. Com a experiência vivida no CRAV foi possível compreender o quão profunda é a problemática social da violência doméstica sofrida pela mulher; com a militância feminista é possível perceber-se, identificar-se e, em contato com outras vidas, notar que a violência contra a mulher é parte estruturante da sociedade patriarcal em que estamos inseridas; e tudo isso em conjunto gerou o profundo sentimento de urgência na construção de trabalhos, como pesquisa científica, que possam servir de fomentadores na preservação e ampliação dos serviços públicos de proteção e acolhimento às mulheres, assim como a criação de novas políticas públicas de combate à violência de gênero.

Palavras-chave: Feminismo, Violência Contra a Mulher, Psicologia, Produção de Conhecimento.

Introdução

Na verdade, a história da vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela

exteriores, fenômeno denominado *sincronicidade* por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pesquisa; é escolhido por ele. (SAFFIOTI, 2015, pg.45, grifos da autora)

Dentro da universidade tenho tido, como estudante do curso de Psicologia, a oportunidade de levantar os mais diversos questionamentos sobre a vida em sociedade, como as relações se desenrolam e os danos que podem gerar. Nesse contexto de vivências acadêmicas que comecei a compreender as faces das violências que permeiam as estruturas que nos rodeiam. O que antes era apenas vivido por mim, e por tantas outras mulheres no mundo, começou a ganhar referências.

Partindo de uma abordagem sócio-histórica, segundo Saffioti (2015) é possível que afirmemos, hoje, que todo conhecimento é fruto social e, numa sociedade como a brasileira, estruturada com cisões de gênero, disparidades entre distintas raças/etnias e classes sociais que permanecem em interação, é possível que eu faça uma afirmação dizendo que — ainda dentro da complexidade que é compreender todos os recortes necessários para falarmos do assunto — gênero é a construção social do que é masculino e

feminino. Assim podemos admitir que, sendo uma construção social, gênero é um conceito que pode ser usado ao falarmos da história da humanidade. Aqui tratarei um pouco sobre o desdobramento da relação entre gêneros, de estruturação da nossa sociedade, conhecido como *patriarcado*.

O processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a.C. e só se consolidou no ano 600 a.C. A forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é tão somente 2.603-4 anos. Trata-se, a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

vivem sobrevivências de *patriarcado remoto*; ao contrário, o *patriarcado* é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias. (SAFFIOTI, 2015, pg.63, grifos da autora).

O *patriarcado* é compreendido como o sistema de dominação-exploração da mulher exercido pelo homem, o qual mantém-se sob forma hierárquica de concentração de poder. Como está inteiramente ligada à questão de gênero, o que temos hoje é um resquício do sistema, mas que, de acordo com Saffioti (2015), se mantém pela dominação amparada ao recorte de gênero.

Dessa forma, o poder é atribuído para a categoria *homens*, podendo qualquer um destes exercer ou não o que lhe é atribuído, assim como, exemplifica Saffioti (2001), qualquer cidadão exerce este poder como patriarca devido a construção do patriarcado na vida das pessoas e o modo como é culturalmente aceito.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo

autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social *homens* exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTTI, 2001, p. 115, grifos da autora).

É partindo desse pressuposto de estrutura social que Saffioti e Almeida (1995), afirmam que a violência, seja de classe, gênero ou raça/etnia, têm bases de sustentação dentro da sociedade brasileira, utilizando-se desta violência para a manutenção do poder. Dessa forma, essas autoras frisam a necessidade de compreender como a violência está imbricada em estruturas sociais arraigadas e que precisam dessa para sua sobrevivência. Assim, demonstram que, como a desigualdade entre ricos e pobres,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

brancos e negros, a violência é um mecanismo de controle entre as relações sociais de gênero.

O assunto violência ainda aparece entre as maiores preocupações dos brasileiros, não restrito apenas a grandes centros urbanos, mas de similar angústia dentre todas as capitais do país e o Distrito Federal, cidades de porte médio e pequenos municípios (SAFFIOTI, 2015). Nesse contexto, faço destaque aos grandes números de denúncias de ocorrências de violência contra mulheres e feminicídios, destacando-se, ainda, as ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher.¹

A violência contra a mulher, apesar de ser motivo de investigação crescente, por ainda ser representada por números

1 Enquanto o Sinan registrou, em 2014, 20.085 casos, as polícias tiveram 47.646 notificações de estupro. [...] 2,42% das mulheres entre 15 e 49 anos residentes nas capitais nordestinas foram vítimas de agressões sexuais. [...] mais de 1.350.000 mulheres já sofreram tais violências no país. [...] verificou-se que 73,0% dos perpetradores eram pessoas conhecidas, com destaque para pais ou padrastos (15,7%) e cônjuges ou namorados (10,5%). As principais vítimas foram crianças e adolescentes menores de idade (69,9%), sendo que 10,2% das vítimas possuíam alguma deficiência física e/ou mental, numa dupla vulnerabilidade. (CERQUEIRA; COELHO; FERREIRA, 2017, pg. 45)

alarmantes de ocorrências, necessita que a produção de conhecimento a seu respeito, através de estudos e pesquisas, seja contínua, como previsto pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006), como uma das diretrizes da política pública que compõe o quadro de estratégias de prevenção, a qual intenciona coibir a violência doméstica e familiar.

Partindo da compreensão de que “a narrativa é tanto um fenômeno quanto uma abordagem de investigação-formação” (SOUZA, 2006, p.136) objetivo narrar de forma autobiográfica, neste relato, como a experiência de estágio no Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos – CRAV, localizado na cidade de Vitória da Conquista – BA, junto à proximidade a movimentos sociais feministas e o contato com histórias de vidas de outras mulheres ampliaram minha noção sobre a realidade posta, e impulsionaram-me o desejo de mudanças e transformações sociais que visem o completo bem-estar humano, utilizando como ponto de partida a produção de conhecimento dentro da Universidade.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

A união entre o saber que é científico, produzido no meio que é acadêmico, ao saber popular é uma fusão que persiste necessitando de incentivo para sua validação a nível social. Assim, o Projeto Integrado de Trabalho III (PIT III) tem como objetivo levar as/os acadêmicas/os além dos espaços acadêmicos formais e, assim, estabelecer uma ligação entre o aprendido na academia e sua prática nos mais diversos ambientes de atuação de um psicólogo. Os diversos PIT's tornam-se fundamentais para a formação da/o profissional de psicologia, para, assim, conhecer outros ambientes para além da clínica, como o CRAV.

Percurso Metodológico

Adotei para este trabalho, enquanto estrutura metodológica, o relato de experiência construído como narrativa autobiográfica, por conceber que essa apresenta, enquanto proposta, estabelecer a conexão entre o indivíduo e o mundo, o que é singular e o que é universal. A partir da concepção de que nenhum ser se constrói sozinho, sem a presença do outro em seu processo de estruturação de si

mesmo e na formação de suas crenças e valores é que penso que, uma experiência, que é inerente ao ser que a viveu, não pode ser ter sido vivida sem ter sido atravessada pela existência do outro, ainda assim.

Nesse sentido, a potencialidade das narrativas autobiográficas enquanto instrumento e procedimento de pesquisa está no fato que a história de vida de uma pessoa pode revelar muito além de simples acontecimentos, caracterizando-se como meio de apreensão e análise dos contextos, dimensões e implicações pessoais que constroem historicamente cada indivíduo na interface consigo mesmo, o outro e o mundo a sua volta (SILVA & MAIA, 2010, pg. 3)

A narrativa difere-se dos métodos de pesquisa positivistas quando esses, ao basearem-se na objetividade, reforçam o distanciamento entre o investigador e o investigado; assim, a narrativa assume-se subjetiva, valorizando o processo de subjetivação para a construção da realidade



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Detentoras de Câncer

e sua implicação na elaboração do conhecimento como forma válida para a transmissão do mesmo.

Nesse sentido, as narrativas autobiográficas inscrevem-se como processo intrínseco de conhecimento e autoconhecimento, potencializando a narração de si como método de pesquisa e, ao mesmo tempo, como projeto de formação, considerando que a construção da narrativa centrada nos percursos formativos possibilita à pessoa que conta a própria história de vida retomar suas vivências passadas e/ou presentes na interface passado e presente, individual e coletivo, pessoa e mundo que, ao assumir a forma de experiência, potencializa o caráter formador deste processo (SILVA & MAIA, 2010, pg.4)

Portanto, esse trabalho visa apresentar a construção de uma narrativa, a partir das minhas experiências individuais e coletivas, as quais me fizeram crescer enquanto indivíduo e mulher.

Das experiências e seus frutos

Do que conto aqui, muito já se perdeu em memórias já distantes de agora.

Estar na universidade, por um tempo, foi encarado por mim como um sofrimento. Nascida no interior da Bahia, filha da classe trabalhadora que sou, o estudar, na minha vida, sempre representou muito mais que uma escolha, mas a única possibilidade real de escrever minha história diferente da história de tantos sangues meus, que vieram antes de mim, e tiveram suas vidas limitadas pela ausência de mais possibilidades de estudo.

Com o aprofundamento da consciência sobre quem sou no mundo, veio a mudança de perspectiva quanto ao sofrimento que estar no ambiente universitário costumava representar. Abriu espaço a uma noção revoltante do quanto esse local ainda é um privilégio de tão poucos no país, enquanto sonho de tantos. Assim, a militância chegou à minha vida como, suponho, chega na vida de tantas outras pessoas: através da necessidade. Não diz tanto sobre qual a frente de atuação ou pauta principal, a militância em



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Detidas de Câncer

qualquer uma delas é, antes de tudo, uma necessidade de sobrevivência, seja minha ou seja do outro.

Desde que me iniciei nos estudos de Psicologia pude ampliar a forma como presto atenção nas histórias contadas pelas outras pessoas. Como elas são elaboradas e como são sentidas por quem as contam. Assim, passei a ouvir mais atentamente às histórias de vida contadas pelas mulheres à minha volta. Dentro da minha família, minhas amigas, conhecidas que confiaram a mim uma parte de si mesmas, desconhecidas que se sentiram confortáveis o suficiente para compartilhar.

Li recentemente, na internet, o depoimento de uma mulher que escreveu assim: “Eu entendo que não sejam feministas. Ser feminista é difícil, é doloroso, é repensar tudo, é jogar fora todas suas estruturas e fazê-las de novo, é reconhecer tudo que aconteceu com você, é ver com clareza todas as violências que sofreu. Não é nada fácil” (Retirado de perfil do Instagram, 2018). Não apenas não nego a veracidade inculcada nessas palavras, como me reconheci nelas assim que as li e

acrescento: a proximidade a movimentos de auto-organização de mulheres me pôs em contato com problemáticas de profundidades dolorosas e revoltantes.

-O estágio no CRAV:

A experiência com as atividades desenvolvidas no componente curricular Projeto Integrado de Trabalho III (PIT III, 2017), durante o cumprimento do meu quarto semestre do curso de Psicologia da Universidade do Federal da Bahia (UFBA), ocorreu em um ambiente atípico ao fazer da educação. A disciplina teve, por objetivo, construir junto a nós, acadêmicas/os do curso de Psicologia, um projeto voltado para a constituição do sujeito e bases socioculturais, analisando esses aspectos relacionados à violência contra mulher em um serviço de referência na cidade de Vitória da Conquista.

As atividades da disciplina foram organizadas por etapas, intermediadas pelo acompanhamento e orientação das professoras responsáveis; as quais propuseram, para o projeto, apresentar-nos que não se aprende Psicologia apenas no



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Detentoras de Câncer

espaço acadêmico, mas em espaços para além da sala de aula.

O local escolhido para a prática desta atividade foi o Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (CRAV), situada na rua Jesiel Norberto, nº 40, Bairro Candeias, na cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Esse centro de referência tem como principal objetivo oferecer atendimento e acompanhamento psicossocial e jurídico, bem como orientação e informação às mulheres em situação de violência na área urbana e rural do município citado; atualmente cerca de 200 mulheres são acompanhadas pelo serviço, o qual foi inaugurado em Julho de 2006, e mantém-se em funcionamento como um instrumento na articulação entre organismos governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento.

A rede é construída entre a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, Rede de Saúde, Hospitais, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Agências de Emprego, Polícia Militar e Rede Social. Além desses, outros parceiros também são

importantes, como o Programa Sentinela, Programa de Educação para a Vida – PEV, Centro de Referência DST-AIDS, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Centro de Estudos de Atenção às Dependências Químicas – CEAD, Conselho Municipal da Mulher, Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, União das Mulheres de Vitória da Conquista, Comissão da Mulher Advogada da OAB/Seccional de Vitória da Conquista².

O momento inicial foi voltado para as discussões teóricas acerca dos objetivos e conteúdos da disciplina; em seguida passamos à teorização e construção dos projetos a serem aplicados, bem como a identificação do espaço e seu reconhecimento. Mediante a observação e a prática identifiquei algumas das táticas empregadas, a articulação entre a teoria e a prática, e procedimentos utilizados. Assim, a finalidade de reconhecer o ambiente e compreender as relações complexas que ocorrem nesse espaço é mais do que apenas colocar a/o futura/o psicóloga/o em

² Informações extraídas de panfletos informativos coletados no CRAV, verificados em 10 de novembro de 2018.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Detentoras de Câncer

contato com a prática, é permitir que a/o futura/o psicóloga/o vivencie a experiência de ir além da sua posição de aluna/o no lugar, para onde essa relação acontece de fato.

Esse projeto de estágio, proposto pelas docentes responsáveis, foi voltado para mulheres em situação de violência. Assim, a partir das discussões em sala de aula, do diálogo estabelecido com a psicóloga funcionária do Centro de Referência Albertina Vasconcelos (CRAV) e de estudos sobre o assunto, pude compreender as diferentes formas de violência contra a mulher, seja ela ocorrida através do relacionamento com o agressor, como a violência conjugal; seja baseada no ambiente em que é praticada, exemplo: violência doméstica; ou, ainda, pelo tipo de agressão.

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006) define cinco formas de agressão como violência doméstica e familiar:

-Violência física: entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; ex.: empurrões, tapas,

pontapés, mordidas, cortes, murros, queimaduras, espancamento, ser trancafiada em casa, ser colocada em situação de perigo propositalmente;

-Violência psicológica: qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; ex.: xingamentos, ser impedida de trabalhar fora ou ter amizades, telefonar; ser proibida de se maquiar, arrumar, cortar o cabelo, usar roupa que deseja, críticas ao corpo ou ao desempenho sexual da mulher;

-Violência patrimonial: rasgar ou esconder documentos pessoais ou roupas, retirar objetos de casa, tomar móveis ou dinheiro, não pagar pensão alimentícia;

-Violência sexual: qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Detentoras de Câncer

participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; ex.: estupro, assédio, obrigar a mulher a ter relações sexuais sob qualquer circunstância; praticar atos sexuais indesejados; ser impedida de usar contraceptivos;

-Violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.(BRASIL, 2006).

Por serem tão distintos os modos de manifestação da violência, esses produzem uma diversidade nos processos de silenciamento e sofrimento da mulher, o que ressalta a importância de um trabalho atento e minucioso da/o profissional psicóloga/o. Alguns recortes foram feitos, tais como as relações étnico-raciais e as peculiaridades ainda mais violentas que são incutidas às mulheres negras; a falta de

acessibilidade às mulheres do campo; as dificuldades encontradas pelas mulheres trans em terem sua identidade de gênero reconhecida; além das determinações da classe social — muitas mulheres sentem-se coagidas a não denunciarem ou buscarem ajuda por influência de altos cargos ou poder socioeconômico que o agressor detém.

O período de vivência de estágio no Centro de Referência da Mulher Albertina Vasconcelos (CRAV) foi finalizado através da participação dos discentes, envolvidos no estágio e no componente curricular PIT III, na programação municipal, na campanha internacional *16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra Mulheres*, fruto das estratégias das políticas públicas que visam a prevenção à violência contra a mulher. A nós foi outorgada a tarefa de elaborar e estruturar a programação para o evento recém-criado em aula, *Reconhecer Para Mudar: Mulheres, Violência e Subjetividade*.

Esse evento contou com programação montada e efetuada ao longo de duas manhãs seguidas, na qual pude participar de forma



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Detentoras de Câncer

ativa na construção do *Espaço Temático Reconhecendo as Faces da Violência!* *#issotambemeviolencia*, o qual se manteve ativo pelos dois dias de evento e teve como objetivo proporcionar um mural aberto para que as mulheres se sentissem à vontade para externalizar suas experiências sofridas em relação à violência. Pude participar, ainda, com proposta de intervenção artística do espaço *Vivência e Oficina Opressão, Artes e Significação*, esse propunha oferecer uma vivência, elaborada com cunho artístico, para significar as opressões e violências incutidas em nosso meio social.

Em ambos os momentos vividos no evento, assim como todo o período de estágio, me deixaram extremamente triste e indignada ao constatar o quanto ainda é sofrido e perigoso ser mulher na nossa sociedade. Tenho visto amigas chorarem dores profundas e marcas que jamais sairão de suas memórias e pesadelos mais intensos. Tenho ouvido companheiras de militância contarem sobre violências sofridas, das formas mais desumanas, quando ainda crianças. Tenho assistido mulheres desistirem de viver, por não conseguirem se livrar de suas dores. Mas tenho, também, observado muitas outras despertarem forças de lugares que até desconhecem, para encararem dia após dia, as

ainda amarguras proporcionadas pela nossa estrutura social violenta. Me vi chorando e refletindo sobre minhas próprias dores e memórias, junto a todas elas, tudo isso me despertou.

Assim que pude compreender o meu papel frente ao que desenvolvo e entrego ao mundo, consegui ver que a militância não é uma escolha, como começo afirmando nesse relato, mas, sim, um processo de resistência para a sobrevivência. Minha e de tantas.

Conclusão

Com estudos sobre a perspectiva sócio-histórica compreendo que, no contexto da educação, a aprendizagem não envolve apenas a aquisição e ampliação a partir da inserção de novos conceitos; abarca, ainda, a possibilidade humana de reorganizar e desenvolvê-los de forma crítica de acordo com o contexto que envolve a elaboração da experiência vivida com a prática. É parte dessa perspectiva que o trabalho prático, como o estágio que realizei no CRAV, são estruturados para ajudar na construção de conhecimento que, através do contato com o mundo real e da



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Detentoras de Câncer

interação social, contribuem para capacitar o aprendiz para a ação. (JÓFILI, 2002).

Levou um tempo até que eu pudesse assimilar que o processo de educar-aprender é a forma como nós, seres humanos, nos reconhecemos no mundo; é através da relação dialética entre ser humano e cultura que nos organizamos enquanto sociedade. E, sendo assim, quando nossa sociedade se organiza nas bases de um sistema excludente, de exploração violenta, isso se torna parte intrínseca à cultura na qual estamos inseridos e torna-se componente do desenvolvimento do ser humano na construção dos seus processos de individualização e subjetivação.

A partir da vivência junto a movimentos sociais com princípios feministas e todo o período de estágio vivido no CRAV, incluindo o evento *Reconhecer Para Mudar: Mulheres, Violência e Subjetividade*, minha sensibilidade ao assunto, que já havia sido desperta e esteve em processo de amplificação, ficou ainda mais diligente. Pude, a partir dos depoimentos ouvidos/lidos, perceber que muitas mulheres à minha volta, de alguma

forma estiveram e/ou estavam, no decorrer das suas vidas, expostas a situações incluídas nas múltiplas maneiras que a violência contra a mulher pode ocorrer. Eu me vi nelas e me reconheci assim. Memórias de acontecimentos foram despertadas e ressignificadas sob essa nova ótica que se me apresentava. E, agora, o que fazer frente a tamanha problemática?

Pensar a formação do Psicólogo com atuação social — políticas públicas — é debater e propor novas alternativas que possibilitem a atuação de um profissional com práticas comprometidas para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, as quais tenham o intuito de romper com as verdades absolutas. Desta forma, o psicólogo é também um produtor de saberes, onde em sua prática leva a descoberta, investigação, reflexão e produção.

Frente a essas constatações que, como graduanda em Psicologia fui escolhida pelo tema “Violência contra a mulher”, assim como afirmo através de Saffioti (2015) no início desse trabalho; acatei e o escolhi também, me imbuindo do desejo de me colocar nesse local como produtora e



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres Detidas de Câncer

propagadora de conhecimento, construindo, enquanto no ambiente da universidade, estudos que possam gerar dados e/ou informações a respeito do mesmo, como pesquisa científica, de forma que a produção de saber seja contínua e esse tema não caia no esquecimento, tampouco retorne à normatização e propagação.

Agradecimentos

me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram
antes
e penso
*o que é que eu faço
para tornar esta montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de
mim
possam ver além.*

Legado – Rupi Kaur

Agradeço a todas as mulheres que tornaram possível que, hoje, eu tenha acesso aos mais diversos tipos de conhecimentos. Agradeço a todas elas que vivem, existem e resistem todos os dias; que pavimentam terrenos para outras mulheres caminharem com menos pesar. Inspiração vem dos mais diversos lugares, a minha vem de bisavós, avós, mães, tias,

irmãs, primas, vizinhas, desconhecidas que trocam olhares silenciosos e àquelas que ainda não conseguem despregar os olhos do chão.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 09 nov. 2018.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C.; FERREIRA, H. **Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014**. Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 11, n. 1, 24-48, Fev/Mar 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/20/estupro-no-brasil-vitimas-autores-fatores-situacionais-e-evolucao-das-notificacoes-no-sistema-de-saude-entre-2011-e-2014>. Acesso em: 10 nov. 2018.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Conselho Federal de Psicologia.

Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de

Psicologia. - Brasília: CFP, 2012. 82 p.

HANDARA, H. et al. **Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência.** Estudos Feministas, Florianópolis, 18(1): 288, janeiro-abril/2010.

JÓFILI, Z. **Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola.** Educação: Teorias e Práticas 2002; 2:191-208.

SAFFIOTI, H. I. B. e ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter Ltda. 1995. 218 p.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cad. Pagu, Campinas, n. 16, 2001. p. 115-136. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SILVA, F. C. R.; MAIA, S. F. **Narrativas Autobiográficas: interfaces com a pesquisa sobre formação de professores.** Em: VI ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI, 2010, Teresina-PI. Anais do VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2010.

SOUZA, E. C. **Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas.** Porto Alegre: EDIPUCRS. 2006, pg.135-147.